

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias\_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## Direitos dos caiçaras da Jureia

Comunidades têm sofrido constrangimentos de órgãos ambientais

Toda a história da América Latina poderia ser escrita a partir de distintas formas de violência que a assolam desde a sua origem: o episódio da conquista e seus efeitos devastadores sobre as populações indígenas; a escravidão; a violência da exploração extrativista sem limites; a violência epistemológica da alfabetização, que impõe a língua dos dominantes e seus valores como universais; a violência da formação do Estado nacional, em que a homogeneidade por ele pressuposta vai ser expressão do poder colonial.

A essas formas de violência histórica e fundacional agregam-se aquelas que derivam da violência de classe, de gênero, de orientação sexual e de tantas outras, de tal forma que é possível dizer que a violência sistêmica está na base da organização das sociedades latino-americanas.

Os processos constituintes que tiveram início na região a partir da década de 1980 buscaram superar esse passado, com muita ênfase na luta contra a pobreza, contra a marginalidade das culturas não dominantes e contra a destruição da natureza. São constituições que, ao contrário do modelo ambientalista norte-americano, nascem socioambientais. Reconhecem que a separação entre natureza e cultura é um artefato da dominação, muito conveniente ao capitalismo predador, e que diversos grupos formadores das sociedades nacionais se distinguem exatamente por uma relação respeitosa com o meio ambiente. Mas também conformam suas identidades e suas culturas com as territorialidades que foram construídas.

No Brasil, a despeito de nossa Constituição estar envolvida nesse mesmo processo e nessa mesma lógica, a política ambiental vem sendo usada como mecanismo reprodutor de violência contra comunidades tradicionais. Isso porque foram criadas unidades de conserva-

ção chamadas de "proteção integral", livres da presença humana. Ocorre que os atributos que tornam essas unidades ambientalmente importantes só estão preservados porque as comunidades que ali habitam cuidaram desses espaços — não trataram deles como mercadoria, e sim como um bem.

Foi o que ocorreu com a criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, no ano de 1986, com remoção de pe-

lo menos 13 comunidades tradicionais, segundo dados oficiais — e as que permaneceram são diariamente constrangidas em suas práticas de reprodução cultural, social e econômica. Mais recentemente, no ano de 2019, em exercício de designada "tutela possessória administrativa", órgãos ambientais do estado de São Paulo destruíram duas habitações de caiçaras pertencentes à família Prado, que se encontra na região há mais de 200 anos, conforme registros de posse depositados na paróquia da cidade de Iguape. Não foi demonstrada qualquer atividade dos caiçaras que trouxesse risco àquela unidade de conservação. O caso vai a julgamento pelo TJSP na próxima quinta-feira (16), e a decisão tem impacto imediato nas comunidades tradicionais Brasil afora. Isso porque todas elas, sem exceção, têm sofrido algum tipo de constrangimento de órgãos ambientais.

A ideia de natureza sem gente funda a América e serviu de justificativa às perversidades do processo colonial, em especial as teorias raciais que engendrou. Não há nada mais contrário à Constituição brasileira do que dirigir a violência do Estado contra setores historicamente marginalizados, cujas epistemologias elaboraram os temas da morte, da escassez, do território, da natureza e do poder através de modelos alternativos aos princípios dominantes.

Aliás, corre a notícia de que a gestão da Estação Ecológica Jureia-Itatins vai passar para a iniciativa privada. Retiram-se as comunidades tradicionais e entra o mercado. E, assim, estamos cada vez mais próximos de 1500 e mais distantes de 1988.

**André Villas-Bôas**, secretário-executivo do Instituto Socioambiental, **Deborah Duprat**, subprocuradora-geral da República aposentada, **Mariana Carneiro da Cunha**, membro da Academia Brasileira de Ciências e da Comissão Arns, e **Paulo Vannuchi**, ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos e membro da Comissão Arns

[...]

**Não há nada mais contrário à Constituição brasileira do que dirigir a violência do Estado contra setores historicamente marginalizados, cujas epistemologias elaboraram os temas da morte, da escassez, do território, da natureza e do poder através de modelos alternativos aos princípios dominantes**

## A irracionalidade dos vetos em matéria trabalhista

Penalizar ainda mais o desempregado neste momento é uma perversidade

**José Pastore**

Professor da FEA-USP e membro da Academia Paulista de Letras. É presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP

Em recente entrevista à CNN Brasil, o ministro Paulo Guedes classificou os encargos sociais como os "impostos mais cruéis do Brasil", fato reconhecido também por Jair Bolsonaro, que na campanha eleitoral "prometeu tirar essa pesada carga do cangote dos empresários".

Por isso, recebi com surpresa o veto do presidente da República à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até o fim de 2021, que consta da Medida Provisória 936 aprovada pelo Congresso Nacional. Mesmo porque a desoneração da folha foi acertadamente incluída pelo próprio governo na Medida Provisória 925 em 11 de novembro de 2019, ao propor o contrato verde e amarelo para estimular a geração de empregos formais. O Brasil detém um recorde nessa área. Os encargos sociais pesam 122,43% do salário — um empregado que ganha R\$ 1.000,00 mensais custa para a empresa mais de R\$ 2.220,00 por mês.

Diante de tanta convicção sobre o assunto, o governo terá de aceitar a derrubada do referido veto que, aliás, se mostra iminente. A sua manutenção, neste momento, seria um golpe de morte para as empresas e para os trabalhadores que vêm enfrentando uma recessão catastrófica provocada pelo coronavírus.

Outro golpe danoso contra os trabalhadores brasileiros é o veto no campo da participação nos lucros ou resultados, cuja simplificação também foi proposta pelo gover-

no na Medida Provisória 925 e incorporada na MP 936. Com isso, os trabalhadores ficarão privados de um acréscimo de renda decorrente da negociação da PLR. Esse veto atinge em cheio milhões de brasileiros numa hora desesperadora, quando 8% dos trabalhadores vêm perdendo renda. A derrubada des-

se veto, como a anterior, será prova de humanismo.

Falando em humanismo, não deu para entender a conduta do governo no ao vetar tantos benefícios quando todos os países do mundo estão fazendo um esforço hercúleo para ajudar os trabalhadores. No rol dos vetos está a maldosa proibição da concessão do auxílio emergencial de R\$ 600,00 aos trabalhadores que receberam a última parcela do seguro desemprego. Ora, a grande maioria desses trabalhadores continua desocupada.

O mais grave problema dos dias atuais é conseguir emprego. Dados do Caged indicam que, no trimestre terminado em maio, para mais de 4,2 milhões de demissões houve apenas 2,7 milhões de admissões. Por que penalizar ainda mais o desempregado numa hora em que não há emprego para ele? É uma perversidade.

Por tudo isso, vejo como urgentíssima a revogação dos vetos do presidente da República nas matérias trabalhistas tratadas pela MP 936 e aplaudido a franqueza do ministro Paulo Guedes quando ele se diz disposto a incluir a questão dos encargos sociais na discussão da reforma tributária. É o meu "sonho de consumo". Afinal, denuncie o exagero e a disfuncionalidade dos encargos sociais no Brasil desde a década de 1980. Por muito tempo, falei sozinho. Que bom que o assunto é de reconhecimento consensual nos dias atuais.

[...]

**Não deu para entender a conduta do governo ao vetar tantos benefícios quando todos os países do mundo estão fazendo um esforço hercúleo para ajudar os trabalhadores. (...) Por que penalizar ainda mais o desempregado numa hora em que não há emprego para ele?**

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Painel do Leitor não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

### Cotas raciais e sociais

Cotas raciais e sociais são importantes neste país desigual ("USP toma decisão inédita e expulsa jovem acusado de fraudar cotas raciais e sociais", Cotidiano, 13/7). Isso já foi provado, explicado, debatido. Graças as cotas inúmeros jovens mudam a história de suas vidas e de suas famílias. Espero que um dia não sejam necessárias, mas por enquanto são.

**Marli Xavier** (Cota, SP)

Assim como ele não deveria ter sido admitido pela etnia, expulsá-lo pelo mesmo motivo é um equívoco. O regime de cotas é um processo inventado por gente preguiçosa e preconceituosa apesar de pregar o contrário. O elo entre a política de cotas e o interesse político é pouco explorado, mas isso não significa que não exista. Talvez isso explique o motivo pelo qual outras etnias, como por exemplo os indígenas, não recebam o mesmo tratamento. Será que é a versão acadêmica do Bolsa Família?

**Cloves Oliveira** (Valinhos, SP)

### Pisão no peçoço

Punição muito branda: permanecerá "fora das atividades operacionais" até a conclusão das investigações. Os envolvidos já deveriam estar presos e em processo de expulsão, e não em casa na boa recebendo salário ("Policia afasta PM que pisou no peçoço de comerciante na zona sul de SP", Agora, 13/7).

**Ricardo Roman Paul Gruda** (São Paulo, SP)

### Movimento negro

Durante dez anos, de 1970 a 1980, trabalhei com Osvaldo de Camargo na Associação Cultural do Negro, entidade fundada pelo poeta Solano Trindade e que tinha a colaboração de intelectuais da USP, como Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Paula Belgueman, do artista plástico Aldemir Martins, do sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira e tantos outros. Enfrentando a ditadura, conseguimos levar aos jovens negros, principalmente do bairro da Casa Verde, um pouco da cultura afro-brasileira e da consciência sociopolítica tão necessária para crescimento deles ("Movimento negro no Brasil tem que rumar para nova abolição", Entrevista da 2ª). Valeu, Camargo.

**Giléria Oliveira** (São Paulo, SP)

### Educação

A pandemia escancarou a precariedade das escolas públicas e torna ainda mais urgente a votação de um novo Fundeb. É preciso, portanto, desmontar argumentos contrários à sua votação. Por que a lei de regulação da PEC do Fundeb seria inviável este ano? Para isso, basta que o Congresso tenha a educação pública como prioridade. E se esse recurso não for claramente destinado à rede pública, outras despesas entrarão nessa conta e a precarização da escola pública continuará ("Para um novo Fundeb, o tempo não é agora", Tendências / Debates, 13/7).

**Moacyr da Silva** (São Paulo, SP)

### #Use Amarelo pela Democracia

A máscara democrática de Maria Angélica

**Maria Angélica Gonçalves** (São Paulo, SP)

### Miséria

As fotografias de Zanone Fraissat e Lalo de Almeida na Primeira Página da edição de domingo (12) mostram, respectivamente, a miséria deste rico país e a miséria de parte da administração pública. Que situação deplorável.

**Francisco Claudio Tavares** (Mogi das Cruzes, SP)

### Covid-19

Diante da Covid-19, cujo combate e luta pela preservação da vida suplica a ajuda da ciência, é necessário colocar em relevo a atuação sempre marcante e vigorosa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ("Livro esmiúça 70 anos da ciência brasileira pelas mãos da SBPC", Ciência, 12/7).

**Virgínia da Silva Castro**, analista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Brasília, DF)

Quem pagará a conta do tratamento da Covid-19 do inconstante presidente? O desperdício de dinheiro público, por doença provocada pelo desrespeito à ciência.

**José William I. Oliveira** (Sorocaba, SP)

O embaixador chinês Yang Wanning, em vez de trocar farpas nas redes sociais com o embaixador norte-americano Todd Chapman, deveria esclarecer, objetivamente, se a China pretende assumir suas responsabilidades em razão da Covid-19 e ressarcir financeiramente os países que tiveram suas economias devastadas. No Brasil não será difícil para o embaixador obter, junto ao Ministério da Economia, o valor da conta brasileira com o vírus chinês ("Embaixadores de China e EUA no Brasil trocam farpas em rede social", Mundo, 13/7).

**Milton Córdova Júnior** (Vicente Pires, DF)

### Colunistas

O que já se escreveu sobre o artigo de Hélio Schwartsman revela um panorama curioso: parcela significativa da nossa inteligência devota-se às formas do falso; nossa capacidade de abstração parece ter ficado no elo perdido e não por acaso o Brasil ocupa posição humilhante no Pisa. Com esse lastro de civilização, enfim, achamos o responsável pelo estado de putrefação da consciência nacional. Resta uma dúvida, talvez cartesiana: ele vai para a forca ou para a fogueira?

**Márcia Verri** (São Paulo, SP)

Para quem lê a **Folha** a cerca de 40 anos e se acostumou com os maravilhosos colunistas da página A2 foi um horror ver o artigo de Catarina Rochamonte. Vou ter um pouco mais de tempo nos dias em que ela escreve. Em tempo: enviei na semana passada um comentário sobre o polêmico artigo do Hélio e, sem modestia, acho que expressei um pouco daquilo que escreveram depois o próprio Hélio, Demétrio Magnoli e Rodrigo Zeidan.

**Jairo Geraldo Guimarães** (Santo André, SP)

Que delícia foi ler a coluna "Ódio, jornalismo e linguagem" (Opinião, 13/7). Ela expressou de maneira clara, coesa, civilizada mas não por isso menos contundente, tudo o que eu penso a respeito do assunto. Gostaria de agradecer à **Folha** por me apresentar Catarina Rochamonte. Excelente coluna.

**Maria Cristina Abramo** (São Paulo, SP)

Discordo de Catarina Rochamonte em sua coluna de 13/7, quando critica Hélio Schwartsman com argumento de que o leitor pode ser confundido com o uso sofisticado da filosofia. Leitores de jornais costumam ser suficientemente inteligentes e críticos para analisarem as opiniões de colunistas, concordando ou não com elas. Sem discussão apaixonada desnecessária.

**Jussara Helena Beltracchi** (Ribeirão Preto, SP)

## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**MUNDO** (13.JUL. PÁG. A13) A faixa de horário em que habitantes da capital colombiana não podem sair de casa, indicada na reportagem "Botóglé segue outras capitais e retoma quarentena rígida", é das 20h às 5h, e não das 8h às 17h.



A máscara democrática de Maria Angélica

Democracia e máscaras. Obrigatórias!

**Maria Angélica Gonçalves** (São Paulo, SP)

**Miséria**  
As fotografias de Zanone Fraissat e Lalo de Almeida na Primeira Página da edição de domingo (12) mostram, respectivamente, a miséria deste rico país e a miséria de parte da administração pública. Que situação deplorável.

**Francisco Claudio Tavares** (Mogi das Cruzes, SP)